

cee.to.go

Robson Vila Nova Lopes

Conselho Estadual de Educação

Larissa Ribeiro de Suntana

Prof. Thiago Franco

Ramundo Pessoa

Karia Comes

Ana Clásdia Baltista

JOSE FERNANDO BEZERRA MIRANDA

CEE/TO REALIZA A 400° SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA POR WEBCONFERENCIA E DELIBERA 27 PROCESSOS

NESTA EDIÇÃO MAIO CEEE/TO realiza a 400ª Sessão Plenária Ordinária por Webconferência e delibera 27 processos 2 02 9 3 Entrevista com o Conselheiro: Evandro Borges p. 15 16 **RELATORIA DE PROCESSOS CEE/TO - ABRIL** 20 21 23 Proc. Educação Básica 14 24 25 26 27 28 30 Proc. Educação Superior 01 Proc. Legislação e Normas 12 1 – Dia do Trabalhador Total de Processos 27 20 – Aniversário de Palmas SESSÕES DE ESTUDOS E Expediente da Edição III – Volume VI 2020 RELATORIA Robson Vila Nova Lopes Presidente SESSÕES DAS CÂMARAS Joana D'Arc Alves Santos ... Secretária Executiva Clebson Gomes da Silva Redação e Arte SESSÃO CONSELHO PLENO Ana Claudia Batista Revisão FERIADOS



A 400ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Educação, conforme prevista no Calendário Anual, foi realizada no dia 13 de Maio de 2020 e devido a Pandemia pelo Novo Corona Virus, por meio de webconferência. A sessão deliberou um total de 27 processos das Câmaras de Educação Básica, Superior e de Legislação e Normas. Todos os Conselheiros e Presidente participação da Sessão.

O CEE/To chegou à sua 400° Sessão Plenária Ordinária e deliberou 27 processos, sendo 14 da Câmara de Educação Básica, 01 da Câmara de Educação Superior e 12 da Câmara de Legislação e Normas.

A Sessão teve início às 08:30h atendendo a seguinte pauta:

- Abertura Oficial com a Leitura de um Versículo Bíblico;
- Deliberação dos Processos em Pauta;
- 3. Informes:
- 4. Encaminhamentos.

Proc. Educação Básica 14
Proc. Educação Superior 01
Proc. Legislação e Normas 12
Total de Processos 27

Todos os Conselheiros e Presidente participaram da Sessão remota: EVANDRO BORGES ARANTES, MUNIZ ARAÚ-JO PEREIRA, RAIMUNDO NONATO PESSOA DA SILVA, ULISSEVÂNIA SA-LES DA SILVA, ROBSON VILA NOVA LOPES, LA-RISSA RIBEIRO DE SAN-TANA, KÁTIA GOMES DA SILVA, ROSIMAR MEN-DES DA SILVA, THIAGO FRANCO OLIVEIRA, HÉ-LIO DE ALMEIDA BAR-

ROS e JOSÉ FERNANDO BEZERRA MIRANDA.

Dentre os processos destaca-se a Aprovação da Autorização para a realização de Práticas e Estágio Curricular Obrigatório a ser realizado no Curso de Direito ofertado pela Universidade UnirG, em Gurupí, de forma remota enquanto durar a pandemia da COVID-19.

O relator, Evandro Borges Arantes, falou com a Equipe de Comunicação do CEE/TO sobre esta pauta, na matéria a seguir.

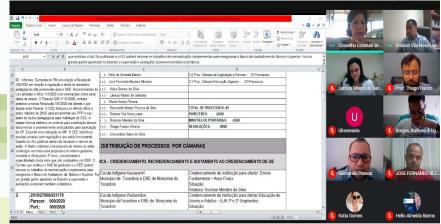


Foto: Clebson Gomes - CEE/TO



ENTREVISTA COM O CONSELHEIRO: EVANDRO BORGES ARANTES

O Relator do Processo 2020/27000/00861 3 que, solicitou a aprovação da oferta de Estágio Supervisionado na modalidade EaD, para o Curso de Direito, ofertado pela Universidade de Gurupi - UnirG, em Gurupi, neste Estado; Evandro Borges Arantes, em entrevista remota, apresentou à

Em entrevista com a equipe de comunicação do CEE/TO, Evandro Borges Arantes, Conselheiro, Advogado [OAB-1658] e Ex-Presidente do CEE/TO, falou sobre a aprovação do Estágio Supervisionado na modalidade EaD, para o Curso de Direito, ofertado pela Universidade de Gurupi – UnirG, na última 400° Sessão Plenária Ordinária, do dia 13 de maio de 2020.

equipe de comunicação do site do Conselho [cee.to.gov.br], os principais elementos discutidos e analisados para a aprovação desta medida.

1. Conselheiro, qual a base legal e o que levou-se em consideração para a aprovação do 'Estágio EaD'?

- A medida é específica para este momento de pandemia, até por que, quem regulamenta as Instituições de Ensino são os próprios Conselhos Estaduais; sendo este, portanto, o para o estágio. O subsisidiador legal da medida, mas não há regulamentação em nível nacional. Na Diretriz Curricular do referido curso, então aprovada e em vigência, há a indicação de que [o curso] pode ser ofertado em até 40% na forma a distancia, mas sem es-



pecificar se, para as disciplinas ou estágio pode adentrar na cota deste percentual.

- 2. A aprovação dessa modalidade de estágio abre um precedente para as demais instituições e para 'pós-pandemia'; como o senhor ver esta situação?
- Na verdade a temdência é esta mesmo, porque: não faz sentido, nos núcleos de práticas iurídicas, em que se fazem os estágios, realizar o estágio 'somente presencial', porque os processos só tramitam por meio eletrônico ou digital, ou no E-Proc, que é um sistema local (Tocantins], ou no Processo Judicial Eletrônico - PJe. que é um sistema do âmbito federal. Então a atividade profissional do advogado, atualmente, é quase que, em sua totalidade, virtual, com uso de computador. Não há neces-

sariamente, a obrigatoriedade do advogado está fisicamente ou presente no fórum ou numa determinada ação. Até mesmo algumas audiências já são realizadas virtualmente. Inclusive, há que considerar que esta é uma tendência na formação. Creio que, num futuro próximo, os Núcleos de Práticas Jurídicas, passarão pela experiência e pela imple-

mentação
'do virtual
em seus
cursos. Além disso,
não é pos.

sível negar que a tecnologia é uma ferramenta que tem facilitado a formação e o trabalho em diversas áreas de estudos e pesquisas. Eu mesmo, como advogado, fico certo tempo sem precisar ir ao escritório. Posso resolver tudo de forma remota.

3. E como discutir a qua qualidade, monitora-



mento e avaliação deste estágio, levando-se em conta as diversas reas diversas realidades, inclusive de acesso à internet em nosso Estado?

- A questão da supervisão precisa ser discutida e implementada pela instituição. Ela precisa analisar as possibilidades de acompanhamento, de monitoramento e de avalia-

...não faz sentido, nos núcleos de práticas jurídicas, em que se fazem os estágios, realizar o estágio 'somente presencial', porque os processos só tramitam por meio eletrônico ou digital, ou *no E-Proc*, que é um sistema local [Tocantins], ou no Processo Judicial Eletrônico - *PJe*, que é um sistema do âmbito federal. Então a atividade profissional do advogado, atualmente, é quase que, em sua totalidade, virtual, com uso de computador.

ção deste estágio. É preciso que os professores façam este trabalho de integração, para qualificar o estágio e para que o aluno se veja 'em formação' também pelo trabalho remoto. Considerandose a atividade de estágio, como etapa de ensino para a prática profissional do aluno, e

trabalho que, 0 do advogado hoje em dia, é quase 100% virtual, torna-se oportuno pertinente, a realização do estágio virtual, sem maiores problemas. Mas é preciso que o professor de estágio tenha uma metodologia adequada e que haja uma supervisão organizada, de modo a atender as demandas deste estágio. Mas é preciso considerar cada caso, em cada realidade e em cada instituição, se ela oferece esta estrutura para tal oferta. No caso da Universidade UnirG, a instituição demons- x

trou que tem uma estrutura que atende as necessidades para esta oferta, uma estrutura de acompanhamento, de supervisão e de metodologia. Por isso o processo foi aprovado.

- 4. Neste caso, apenas a UnirG, no Estado, tem essa autorização para a realização de estágio virtual? Como ela fará este estágio? Há alguma Plataforma ou Site para esta realização?
- Sim, apenas a UnirG, porque, no processo, demonstrou que tem condições de oferecer este estágio. A instituição tem uma plata



forma virtual de aprendizagem própria pra essa finalidade e apresentou ter condições de acompanhamento e de supervisão deste estágio, com as exigências necessárias. Não há uma flexibilização geral para todas as instituições desta modalidade estágio. UnirG se adaptou a este momento de pandemia e passará a ofertar parte de seu curso de forma remota.

